1 - PROGRAMA DE MANEJO E RECUPERAÇÃO

OBJETIVO DO PROGRAMA: Assegurar a conservação da diversidade biológica e as funções dos ecossistemas (aquáticos ou terrestres), por meio de ações de recuperação ambiental e manejo sustentável dos recursos naturais.

DIRETRIZ		AÇÕES		RESPONSABILIDADES E PARCERIAS
1	Incentivo às ações de conservação e restauração da APA.	1.1	Produzir lista de espécies da fauna e flora nativas de ocorrência regional nos biomas Mata Atlântica e Cerrado, para subsídio a projetos de restauração ecológica.	Fundação Florestal, Conselho Gestor, Prefeituras, instituições de ensino e pesquisa, SEMIL, IPA, ONGs, associações
		1.2	Articular a capacitação de órgãos públicos e sociedade civil em projetos de PSA.	Fundação Florestal, Conselho Gestor, Prefeituras, Comitês de Bacias, SAA, SEMIL, sociedade civil, setor privado
		1.3	Estimular ações de recuperação de áreas degradadas por erosão do solo e de restauração em áreas que incrementem ou promovam a conectividade ecológica entre os fragmentos de vegetação nativa, visando a minimização do efeito de borda e a recomposição de APPs.	Fundação Florestal, SAA, Conselho Gestor, Prefeituras, instituições de ensino e pesquisa, CETESB, SEMIL, CATI, ONGs, setor privado, sociedade civil
		1.4	Auxiliar os órgãos responsáveis na divulgação de informações de banco de áreas para compensação ambiental, avaliando a pertinência de vincular a definição de áreas prioritárias através do CAR.	Fundação Florestal, Conselho Gestor, Prefeituras, Comitês de Bacias, Institutos de Ensino e Pesquisa, CETESB, SAA, SEMIL, CATI
		1.5	Apoiar a realização de extensão rural junto às instituições responsáveis e parceiros, visando a consolidação do CAR e adesão aos demais programas e projetos institucionais relacionados à regularização ambiental (ex: PRA) pelos proprietários.	Fundação Florestal, Conselho Gestor, Prefeituras, Sindicatos Rurais, CETESB, SAA, CATI, conselhos municipais
		1.6	Monitorar os projetos implantados com objetivos de restauração e compensação, quando houver supressão autorizada (TCRA), divulgando os resultados.	Fundação Florestal, Conselho Gestor, Prefeituras, DPFA/SEMIL, CETESB, SAA
		1.7	Apoiar os municípios na elaboração dos planos municipais de conservação e restauração da Mata Atlântica e do Cerrado.	Fundação Florestal, Conselho Gestor, Prefeituras, CETESB, Polícia Ambiental, SEMIL, instituições de ensino e pesquisa, ONGs
2	Monitoramento dos atributos da APA.	2.1	Articular a ampliação da rede de monitoramento das águas superficiais e subterrâneas, dos Aquíferos Guarani, Tubarão e Serra Geral.	Fundação Florestal, Conselho Gestor, Prefeituras, Comitês de Bacias, SP Águas, CETESB, instituições de ensino e pesquisa, SGB, IPA

1 - PROGRAMA DE MANEJO E RECUPERAÇÃO

OBJETIVO DO PROGRAMA: Assegurar a conservação da diversidade biológica e as funções dos ecossistemas (aquáticos ou terrestres), por meio de ações de recuperação ambiental e manejo sustentável dos recursos naturais.

DIRETRIZ		AÇÕES		RESPONSABILIDADES E PARCERIAS
2	Monitoramento dos atributos da APA.	2.2	Articular o monitoramento da estabilidade geodinâmica do relevo de cuestas, bem como mapeamento e monitoramento de pontos de erosão, voçorocas e ravinas que podem ser mapeadas como AIR.	Fundação Florestal, Conselho Gestor, Prefeituras, Comitês de Bacias, CETESB, instituições de ensino e pesquisa, SAA, CATI, EDA, SGB, IPA
		2.3	Articular o monitoramento da fauna silvestre.	FF, proprietários rurais, instituições ensino e pesquisa, SEMIL

2 - PROGRAMA DE INTERAÇÃO SOCIOAMBIENTAL

OBJETIVO DO PROGRAMA: Estabelecer por meio das relações entre os diversos atores do território, os pactos sociais necessários para garantir o objetivo superior da UC.

DIRETRIZ		AÇÕES		RESPONSABILIDADES E PARCERIAS
1	Articulações interinstitucionais para o desenvolvimento sustentável da APA.	1.1	Informar junto aos municípios a necessidade de cumprimento dos procedimentos estabelecidos na Resolução CONAMA nº 428/2010 e Deliberação CONSEMA nº 001/2024, e estabelecer formas de comunicação referente a ciência ou a consulta à APACP nos casos previstos nestas normativas.	FF, Prefeituras, Comitês de bacias, Conselho Gestor, CATI, Sindicato Rural, instituições de ensino e pesquisa, conselhos municipais
		1.2	Planejar ações de gestão entre as UCs regionais, integrando e otimizando recursos humanos, físicos e financeiros.	FF, prefeituras
2	Promoção de políticas públicas.	2.1	Estimular o diálogo entre a APACP e os atores locais para o desenvolvimento de políticas públicas, através da participação da gestão e do Conselho Gestor em fóruns, comitê, conselhos municipais e regionais.	FF, Prefeituras, Comitês de bacias, Conselho Gestor, CATI, Sindicato Rural, instituições de ensino e pesquisa, SEMIL, ONGs
		2.2	Apoiar, divulgar e incentivar a adesão e o desenvolvimento das políticas públicas estaduais e federais ambientais de uso sustentável, como Pagamento por Serviços Ambientais, Programa "Adote um Parque" e "Guardiões da Floresta", da FF, Protocolo de Transição Agroecológica, Programa Nacional de Redução de Agrotóxicos, entre outros.	FF, Prefeituras, Comitês de bacias, Conselho Gestor, CATI, Sindicato Rural, ONGs, sociedade civil
		2.3	Incentivar e apoiar a criação de novas UCs e divulgar aos proprietários informações sobre a criação de RPPNs.	FF, prefeituras, proprietários, sindicato rural, CATI, sociedade civil, ONGs, instituições de ensino e pesquisa, conselhos municipais
		2.4	Incentivar e apoiar tecnicamente os municípios para que elaborem os Planos Municipais de Adaptação e Resiliência às Mudanças Climáticas.	FF, IPA, Defesa Civil, Bombeiros, SEMIL
		2.5	Estimular todos os municípios abrangidos pela APACP para que possuam seus Planos Diretores, apoiando sua elaboração através do Conselho Gestor, considerando o Plano de Manejo da APACP e o ZEE-SP.	FF, Conselho Gestor, prefeituras
		2.6	Fomentar nos fóruns, comitês, conselhos e consórcios municipais, a necessidade de ações integradas dos municípios quanto ao uso e conservação da biodiversidade, dos recursos hídricos e do patrimônio geomorfológico da APACP.	FF, Conselho Gestor, prefeituras
		2.7	Promover a capacitação em elaboração de projetos para captação de recursos em fontes específicas para conservação ambiental.	FF, Prefeituras, Comitês de Bacia, Conselho Gestor, CATI, ONGs, FEHIDRO, associações
		2.8	Articular junto aos órgãos competentes, a erradicação de casas flutuantes no leito da represa de Chavantes.	FF, Prefeituras, Conselho Gestor, Ministério Público

2 - PROGRAMA DE INTERAÇÃO SOCIOAMBIENTAL

OBJETIVO DO PROGRAMA: Estabelecer por meio das relações entre os diversos atores do território, os pactos sociais necessários para garantir o objetivo superior da UC.

DIRETRIZ		AÇÕES		RESPONSABILIDADES E PARCERIAS
3	Adoção de estratégias relacionadas à educação ambiental, normatização, divulgação e sinalização da APA CP e seus atributos.	3.1	Elaborar o Programa de Educação Ambiental, com foco nos atributos e nas ações de desenvolvimento sustentável e adaptação às mudanças climáticas.	FF, Prefeituras, Diretoria de Ensino, Comitês de Bacia, Conselho Gestor, CATI, instituições de ensino e pesquisa, DEA, ONGs, sociedade civil, associações
		3.2	Promover projetos educativos e de comunicação social associados à implementação das ações previstas no Programa de Educação Ambiental.	FF, Prefeituras, Comitês de Bacia, Conselho Gestor, CATI, instituições de ensino e pesquisa, ONGs, associações
		3.3	Ampliar a comunicação social e a divulgação sobre a importância da APACP e de seus atributos.	FF, Prefeituras, Comitês de bacias, Conselho Gestor, CATI, Sindicato Rural, instituições de ensino e pesquisa, SEMIL, conselhos de classe, ONGs, associações, setor privado
		3.4	Promover a divulgação da legislação vigente incidente no território e normas da APACP, com linguagem adaptada a cada público alvo, por exemplo por meio de cartilhas.	FF, Prefeituras, Diretoria de Ensino, Comitês de Bacia, Conselho Gestor, CATI, instituições de ensino e pesquisa, DEA/SEMIL, ONGs, sociedade civil, associações, Polícia Militar Ambiental
		3.5	Desenvolver e implantar projeto de sinalização territorial da APACP e seus atributos em locais estratégicos.	FF, SEMIL, DER e Concessionárias, Prefeituras, instituições de ensino e pesquisa, setor privado
4	Realização, através de parcerias, de ações formativas para temas fundamentais à conservação dos atributos da APA CP.	4.1	Apoiar a orientação sobre prevenção e combate a incêndios florestais, incentivando a formação de brigadas voluntárias e municipais e o apoio mútuo nas ações integradas.	FF, Polícia Militar Ambiental, Bombeiros, Defesa Civil, Prefeituras, Conselho Gestor, CETESB, sociedade civil, usinas, SEMIL, setor privado, CATI
		4.2	Promover parcerias para realização de cursos sobre manejo sustentável do solo.	FF, Prefeituras, Conselho Gestor, Sindicato Rural, CATI, SEBRAE, SENAR, ONGs, associações, instituições de ensino e pesquisa

2 - PROGRAMA DE INTERAÇÃO SOCIOAMBIENTAL

OBJETIVO DO PROGRAMA: Estabelecer por meio das relações entre os diversos atores do território, os pactos sociais necessários para garantir o objetivo superior da UC.

DIRETRIZ		AÇÕES		RESPONSABILIDADES E PARCERIAS
4	Realização, através de parcerias, de ações formativas para temas fundamentais à conservação dos atributos da APA CP.	4.3	Promover campanha de guarda responsável e saúde para animais domésticos.	FF, Prefeituras, Conselho Gestor, Sindicato Rural, CATI, ONGs, CDSA, DBA/SEMIL, departamentos municipais de proteção animal, instituições de ensino e pesquisa
		4.4	Divulgar os impactos negativos para o meio ambiente causados pelo uso inadequado de agrotóxicos e resíduos veterinários nos cultivos agrícolas e os meios de realização de transição para a agricultura sustentável e regenerativa, adotando melhores práticas.	FF, Prefeituras, Câmaras Municipais, Conselho Gestor, Sindicato Rural, CATI, ONGs, sociedade civil
		4.5	Promover a divulgação do correto descarte dos diferentes tipos de resíduos.	FF, Prefeituras, Câmaras Municipais, Conselho Gestor, DEA/SEMIL, CETESB, ADIAESP, ONGs, associações, SAA, cooperativas
		4.6	Promover campanhas orientativas de boas práticas e medidas de manejo visando a coexistência harmoniosa entre seres humanos e fauna silvestre em ambientes compartilhados, a fim de minimizar impactos negativos.	FF, DBB/SEMIL, DPFA/SEMIL, prefeituras, Conselho, proprietários rurais
5	Colaboração com o estabelecimento de ações de gestão adequada de resíduos nos municípios.	5.1	Apoiar no cumprimento da legislação vigente sobre gestão adequada de resíduos sólidos e efluentes, como logística reversa (PNRS), e na elaboração de planos de saneamento rural.	FF, Prefeituras, Câmaras Municipais, Conselho Gestor, CETESB
		5.2	Apoiar os municípios na implantação eficiente e periódica de coleta seletiva no território da APACP, com a instalação PEVs (Ponto de Entrega Voluntária) em locais estratégicos da APACP.	FF, Prefeituras, Câmaras Municipais, Conselho Gestor, sociedade civil, cooperativas
		5.3	Estimular e apoiar projetos de gestão adequada de resíduos orgânicos, como compostagem, a fim de evitar a queima do lixo nas áreas rurais.	FF, Prefeituras, Câmaras Municipais, Conselho Gestor, Sindicato Rural, CATI, setor produtivo, sociedade civil, PMAmb, ONGs e associações
		5.4	Articular a instalação de um ponto de recebimento de embalagens vazias de agrotóxicos pelo Sistema Campo Limpo (InpEV) no território, estimulando a redução do descarte inadequado desses resíduos.	FF, Prefeituras, Comitês de bacias, Conselho Gestor, CATI, Sindicato Rural, ADIAESP

3 - PROGRAMA DE PROTEÇÃO E FISCALIZAÇÃO

OBJETIVO DO PROGRAMA: Garantir a integridade física, biológica e cultural da unidade.

DIRETRIZ		AÇÕES		RESPONSABILIDADES E PARCERIAS
1	Incremento das ações preventivas e de proteção da APACP.	1.1	Promover a divulgação dos órgãos de comando e controle ambiental, suas competências e contatos regionais, bem como a capacitação sobre legislação ambiental, em especial referente à licenciamento e emissão de autorizações para manejo de vegetação nativa, produtos madeireiros e não madeireiros, ao Conselho Gestor e demais interessados.	FF, Polícia Militar Ambiental, Bombeiros, Defesa Civil, Prefeituras, Conselho Gestor, CETESB, DPFA/SEMIL, DEA/SEMIL, usinas, CETESB, OAB
		1.2	Desenvolver o Plano de Prevenção e Combate a Incêndios Florestais, ampliando as ações de prevenção e fomentando o treinamento de brigadas locais voluntárias, como complemento às ações de prevenção e combate à incêndios florestais do Programa SP Sem Fogo.	FF, Polícia Militar Ambiental, Bombeiros, Defesa Civil, Prefeituras, Guarda Municipal, Conselho Gestor, CETESB, DPFA/SEMIL, sociedade civil, usinas, sindicato rural, setor privado, CATI
		1.3	Identificar e monitorar as áreas com acentuado registro de infrações ambientais e que tenham impacto aos atributos da APACP, a partir de análise de banco de dados geoespacializados, estabelecendo uma dinâmica de comunicação junto aos órgãos responsáveis pela fiscalização, a fim de adotar medidas de prevenção, coibição e monitoramento das infrações.	FF, Polícia Militar Ambiental, Bombeiros, Defesa Civil, Prefeituras, Guarda Municipal, Conselho Gestor, DPFA/SEMIL
		1.4	Acompanhar o monitoramento, em conjunto aos órgãos ambientais, de ações de proteção dos recursos hídricos e a proteção e recuperação de nascentes.	FF, Conselho Gestor, sindicato rural, CATI, ONGs, CETESB
		1.5	Articular junto aos municípios, o aprimoramento da fiscalização no parcelamento ilegal do solo e apoiar os municípios na promoção de formas de uso e ocupação do solo compatível com as especificidades ambientais da Unidade de Conservação.	FF, Conselho Gestor e Prefeituras
		1.6	Articular junto aos órgãos competentes a intensificação do controle e da fiscalização das atividades agrícolas que utilizam produtos tóxicos, sobretudo nas áreas de recarga do Aquífero Guarani.	FF, CETESB, CATI
		1.7	Articular, junto aos órgãos responsáveis, a fiscalização de outorga para utilização de água subterrânea e a regularização de poços clandestinos.	FF, SP Águas
2	Monitoramento das ações de mitigação de passivos ambientais.	2.1	Articular junto aos municípios a utilização do Sistema de Apoio à Restauração Ecológica - SARE para cadastro dos TCRA e promover interação com sistemas municipais.	Fundação Florestal, Prefeituras, sindicato rural, CATI, ONGs, CETESB

3 - PROGRAMA DE PROTEÇÃO E FISCALIZAÇÃO

OBJETIVO DO PROGRAMA: Garantir a integridade física, biológica e cultural da unidade.

DIRETRIZ		AÇÕES		RESPONSABILIDADES E PARCERIAS
2	Monitoramento das ações de mitigação de passivos ambientais.	2.2	Acompanhar o monitoramento, em conjunto com os demais órgãos ambientais, da execução das adequações ambientais de propriedades rurais previstas no Código Florestal, com foco na restauração de APPs, bem como no saneamento ambiental.	FF, Prefeituras, CETESB, DPFA/SEMIL, ONGs, CATI
		2.3	Buscar o aprimoramento de ações integradas de fiscalização e monitoramento junto aos órgãos ambientais na identificação de supressão da cobertura vegetal nativa, especialmente nas AIR, e no monitoramento de cumprimento de TCRA e de mitigações e condicionantes estabelecidas em processos licenciados.	FF, Prefeituras, CETESB, DPFA/SEMIL, CATI
3	Fomentar estratégias que minimizem o atropelamento de fauna e potencializem o seu resgate.	3.1	Articular em parceria com as concessionárias, DER e municípios, a implantação de medidas mitigadoras de atropelamento de fauna nos viários do território, como sinalização, instalação e limpeza periódica de passagens de fauna e redutores de velocidade para veículos.	FF, Prefeituras, DER, Ministério Público, CETESB, Polícia Militar Rodoviária, DBB/SEMIL, ONGs, CEMPAS, instituições de ensino e pesquisa, clínicas e hospitais veterinários
		3.2	Estabelecer parcerias e procedimentos para agilizar e facilitar a comunicação, atendimento, resgate e encaminhamento apropriado da fauna silvestre resgatada de atropelamentos conforme normativas vigentes, por exemplo através de incremento de equipes e viaturas, cadastramentos de clínicas e hospitais veterinários, realização de treinamentos e formação de agrupamentos voluntários.	FF, Prefeituras, clínicas e hospitais veterinários cadastrados, DPFA/SEMIL, Polícia Militar Ambiental, Polícia Militar Rodoviária, DBB/SEMIL, CRAS
		3.3	Estabelecer parcerias para o desenvolvimento do monitoramento sistemático de ocorrência de fauna e de eventos de atropelamento nas estradas da APACP.	FF, instituições de ensino e pesquisa, DER, CETESB, DBB/SEMIL, Polícia Rodoviária, municípios, proprietários rurais

4 - PROGRAMA DE PESQUISA E MONITORAMENTO

OBJETIVO DO PROGRAMA: Produzir e difundir conhecimentos que auxiliem a gestão da UC em suas diversas ações.

DIRETRIZES		AÇÕES		RESPONSABILIDADES E PARCERIAS
1	Consolidação dos instrumentos de gestão do conhecimento.	1.1	Realizar levantamento da comunidade científica presente ou atuante, promovendo a divulgação dos temas para objeto de pesquisa de interesse da APACP e das normativas para sua execução - CadGP.	FF, instituições de ensino e pesquisa, Conselho Gestor, ONGs, associações
		1.2	Catalogar, organizar e divulgar biblioteca de pesquisas, dados e informações realizadas no território da APACP, buscando sua interoperabilidade com os demais bancos de dados e sistemas em uso e em desenvolvimento na SEMIL, com atualização permanente.	FF, instituições de ensino e pesquisa, Conselho Gestor, FAPESP, sociedade civil, FEHIDRO
2	Valorização dos temas de pesquisa prioritários para a gestão territorial da APACP.	2.1	<p>Fomentar parcerias e incentivar a realização de pesquisas, especialmente sobre:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Patrimônio arqueológico local existente e a prospecção de novos sítios; • Avaliação do impacto do turismo nos atributos da APACP; • Remanescentes de Cerrado, tais como mapeamento e análise de fisionomias existentes na APACP, situação de conservação e vetores de pressão; • Presença de javali (<i>Sus scrofa</i>), seus impactos e medidas de controle; • Situação de conservação dos recursos hídricos superficiais e subterrâneos, mapeamento de nascentes, monitoramento da quantidade e qualidade da água e balanço hídrico; • Levantamento da fauna regional, especialmente espécies ameaçadas e seus habitats, através de monitoramento; • Conectividade funcional/estrutural para os fragmentos existentes; • Manejo integrado do fogo em áreas de cerrado da APACP; • Possíveis adaptação às mudanças climáticas cabíveis no território (técnicas, processos, materiais, etc); • Aspectos geomorfológicos das cuestas, estabilidade e fenômenos erosivos existentes; • Arranjos produtivos locais baseados em economia circular; • Espécies exóticas invasoras de fauna e flora; • Impactos do uso de agrotóxico para o solo, recursos hídricos, fauna e flora; • Impactos de ameaças (rodovias, fragmentação, animais domésticos, caça, etc) para a fauna local; • Soltura, mantenedouros científicos/conservacionistas, destinação para a fauna silvestre da região vítima de ameaças e atropelamento, ataque por cães, caça, etc. • Aspectos histórico-culturais regionais. 	FF, IPA, instituições de ensino e pesquisa, sociedade civil, FAPESP, ONGs
		2.2	Identificar novos temas de interesse a partir de demandas do território, incentivando a sua realização através de parcerias.	FF, Conselho gestor, sociedade civil, ONGs, instituições de ensino e pesquisa
		2.3	Articular a realização de estudos e pesquisas sobre a ocorrência de atributos da APACP fora de seus limites, a fim de subsidiar possível proposta de ampliação da UC.	FF, Conselho gestor, Prefeituras, instituições de ensino e pesquisa, ONGs, conselhos municipais

4 - PROGRAMA DE PESQUISA E MONITORAMENTO

OBJETIVO DO PROGRAMA: Produzir e difundir conhecimentos que auxiliem a gestão da UC em suas diversas ações.

DIRETRIZES		AÇÕES		RESPONSABILIDADES E PARCERIAS
3	Produção e utilização de informações de projetos institucionais.	3.1	Articular junto à DPLA/SEMIL o desenvolvimento de ambiente virtual de análise da Rede ZEE para as UCs estaduais.	FF, SEMIL
		3.2	Articular junto a FAPESP a formalização de parceria com a FF para abertura de editais específicos para a APA.	FF, SEMIL, FAPESP
		3.3	Realizar parcerias para o desenvolvimento de ações dos projetos de monitoramento da biodiversidade.	FF, IPA, Conselho Gestor, Prefeituras, instituições de ensino e pesquisa, DBB/SEMIL, ONGs
		3.4	Integrar o conhecimento empírico das comunidades locais aos processos de pesquisa e monitoramento ambiental na APA.	FF, Conselho Gestor, associações

5 - PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

OBJETIVO DO PROGRAMA: Incentivar a adoção de alternativas sustentáveis do uso do solo e de produção compatíveis com o atributo e com as demandas socioeconômicas da população.

DIRETRIZES		AÇÕES		RESPONSABILIDADES E PARCERIAS
1	Promoção e valorização de atividades de produção e processos sustentáveis.	1.1	Promover a implantação de polos de vegetação nativas e atividades de produção baseada em sistemas biodiversos para Mata Atlântica e Cerrado (ex.: polo de agricultura orgânica, SAF, restauração ecológico-econômica, produção de sementes, mudas e serviços).	FF, prefeituras, Conselho Gestor, CATI, EMBRAPA, SENAR, ONGs, instituições de ensino e pesquisa
		1.2	Articular com parceiros regionais campanhas e divulgação sobre o cadastro de meliponicultores e disseminação de boas práticas e incentivos à adesão à cadeia produtiva de abelhas nativas, em consonância ao Programa "Abelhas Nativas", da FF.	FF, prefeituras, SAA
		1.3	Promover a difusão e apoiar a implementação de práticas e conceitos ESG (melhores práticas ambientais, sociais e de governança) pelos produtores localizados na UC.	FF, prefeituras, SEMIL, SAA, instituições de ensino e pesquisa, ONGs, associações, sindicatos rurais
		1.4	Buscar apoio institucional para criação e implementação de certificação dos produtos, processos e serviços gerados na APACP.	FF, SEMIL, SAA, prefeituras, Conselho Gestor, SEBRAE, ONGs, sindicato rural
		1.5	Fomentar, junto a produtores locais e polos regionais, iniciativas de produção e comercialização de produtos que agreguem valor com base nos atributos da APACP.	FF, Prefeituras, Conselho Gestor, SAA, SEBRAE, SEMIL, setor privado, ONGs
		1.6	Incentivar a realização da transição agroecológica aos interessados.	FF, prefeituras, Conselho Gestor, CATI, EMBRAPA, SENAR, ONGs, instituições de ensino e pesquisa
		1.7	Apoiar a implantação de Programas de Pagamentos de Serviços Ambientais nos municípios e a implantação de programa de valorização das comunidades indígenas presentes no território da APACP.	FF, prefeituras, CATI, FUNAI, aldeias indígenas
2	Fortalecimento do turismo sustentável.	2.1	Apoiar municípios e proprietários para o desenvolvimento e atualização permanente dos Planos Diretores de Turismo, bem como de Planos Regionais de Turismo, com foco nas atividades de turismo sustentável rural e ecológico e em manifestações populares locais.	FF, Prefeituras, Conselho Gestor, SAA, conselhos municipais, setor privado, ONGs
		2.2	Fomentar junto às propriedades com atrativos turísticos e instituições públicas a criação de roteiros turísticos (ex.: ciclorotas, avistamento de fauna, geoturismo, turismo rural).	FF, Prefeituras, Conselho Gestor, SAA, SEBRAE, SEMIL, conselhos de turismo, setor privado, ONGs

5 - PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

OBJETIVO DO PROGRAMA: Incentivar a adoção de alternativas sustentáveis do uso do solo e de produção compatíveis com o atributo e com as demandas socioeconômicas da população.

DIRETRIZES		AÇÕES		RESPONSABILIDADES E PARCERIAS
2	Fortalecimento do turismo sustentável.	2.3	Trabalhar em conjunto com instituições públicas, parceiros privados e mídias sociais, formas para divulgação dos atrativos e do oferecimento dos serviços turísticos e roteiros regionais, com enfoque no aumento da visibilidade e promoção da cadeia produtiva voltada às atividades turísticas que ocorram na APACP.	FF, Prefeituras, Conselho Gestor, SAA, setor privado, ONGs
		2.4	Apoiar a capacitação de monitores ambientais autônomos e guias turísticos para atuação nos atrativos da APACP e valorização dos seus atributos.	FF, Prefeituras, SEMIL, instituições de ensino e pesquisa, ONGs, associações
		2.5	Apoiar o Turismo de Base Comunitária, sobretudo nas comunidades indígenas presentes na APACP.	FF, aldeias indígenas, FUNAI, SEBRAE, Prefeituras